

ATUALIZAÇÕES – AGOSTO 2022 – VADE MECUM UNIVERSITÁRIO – 29ª ED

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Dec.-lei nº 5.452/1943)	Alterar redação	Conversão da MP 1.107/2022

Art. 29-A. O empregador que infringir o disposto no *caput* e no § 1º do art. 29 desta Consolidação ficará sujeito a multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por empregado prejudicado, acrescido de igual valor em cada reincidência.

§ 1º No caso de microempresa ou de empresa de pequeno porte, o valor final da multa aplicada será de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por empregado prejudicado.

§ 2º A infração de que trata o *caput* deste artigo constitui exceção ao critério da dupla visita.

Art. 29-B. Na hipótese de não serem realizadas as anotações a que se refere o § 2º do art. 29 desta Consolidação, o empregador ficará sujeito a multa no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por empregado prejudicado.

► Arts. 29-A e 29-B acrescidos pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Lei nº 6.385/1976 (Lei do Mercado de Valores Mobiliários).	Alterar/inserir redação	Conversão da MP 1.103

Art. 24. A prestação de serviços de custódia de valores mobiliários está sujeita à autorização prévia da Comissão de Valores Mobiliários.

► *Caput* com a redação dada pela Lei nº 14.430, de 3-8-2022.

Parágrafo único. ...

...

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações)	Alterar/inserir redação	Conversão da MP 1.103

Art. 293. A Comissão de Valores Mobiliários poderá autorizar as bolsas de valores e outras entidades, que sejam ou não instituições financeiras, a prestar os serviços previstos nos seguintes dispositivos desta Lei:

► *Caput* com a redação dada pela Lei nº 14.430, de 3-8-2022.

- I – art. 27;
 - II – § 2º do art. 34;
 - III – § 1º do art. 39;
 - IV – arts. 40, 41, 42, 43 e 44;
 - V – art. 72; e
 - VI – arts. 102 e 103.
- Incisos I a VI acrescidos pela Lei nº 14.430, de 3-8-2022.

Parágrafo único. ...

...

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Lei nº 8.036/1990 (Lei do FGTS)	Alterar/insere redação	Conversão MP 1.107/2022

Art. 5º ...

I – estabelecer as diretrizes e os programas de alocação dos recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta Lei, em conformidade com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico, microcrédito e infraestrutura urbana estabelecidas pelo governo federal;

- Inciso I com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...;

XVII – estabelecer, em relação à autorização de aplicação de recursos do FGTS em fundos garantidores de crédito e sua regulamentação quanto às formas e condições:

- a) o valor da aplicação com fundamento em proposta elaborada pelo gestor da aplicação; e
- b) a cada 3 (três) anos, percentual mínimo do valor proposto para aplicação na política setorial do microcrédito, respeitado o piso de 30% (trinta por cento).

- Inciso XVII acrescido pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

§ 7º O limite de que trata o § 3º deste artigo será, em cada exercício, de até 0,06% (seis centésimos por cento) do valor dos ativos do FGTS ao final do exercício anterior e, até a publicação das demonstrações financeiras, esse limite será calculado a partir de estimativas divulgadas pelo Conselho Curador para o valor dos ativos do FGTS ao final daquele exercício.

- § 7º com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 8º ...

§ 9º ...

- §§ 8º e 9º acrescidos pela Lei nº 13.932, de 11-12-2019.

...

§ 10. O piso de que trata a alínea b do inciso XVII do *caput* deste artigo poderá ser revisto pelo Conselho Curador a cada 3 (três) anos.

- § 10 acrescido pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

Art. 6º-B. Caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência regulamentar, acompanhar a execução e subsidiar o Conselho Curador com os estudos técnicos necessários ao seu aprimoramento operacional e estabelecer as metas a serem alcançadas nas operações de microcrédito.

- Art. 6º-B acrescido pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

Art. 7º ...

...

VI – elaborar as demonstrações financeiras do FGTS, incluídos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração de Fluxo de Caixa, em conformidade com as Normas Contábeis Brasileiras, e encaminhá-las, até 30 de junho do exercício subsequente, ao gestor de aplicação;

▶ Inciso VI com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

VII – ...

▶ Inciso VII com a redação dada pela Lei nº 13.932, de 11-12-2019.

...

Art. 9º ...

...

IV – prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

▶ Inciso IV com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 1º ...

...

§ 2º Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana, operações de microcrédito e operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, às instituições que atuem com pessoas com deficiência e às entidades sem fins lucrativos que participem do SUS de forma complementar, desde que as disponibilidades financeiras sejam mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e de remuneração mínima necessárias à preservação do poder aquisitivo da moeda.

▶ § 2º com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 3º ...

...

III – no mínimo, 5% (cinco por cento) para instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operar com microcrédito.

▶ Inciso III acrescido pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 3º-A. ...

▶ ...

§ 3º-B. Os recursos de que trata o inciso III do § 3º deste artigo terão o seu limite mínimo revisto pelo Conselho Curador a cada 3 (três) anos.

§ 3º-C. Na hipótese prevista no § 3º-B deste artigo, o montante não utilizado pelas instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operar com microcrédito poderá ser destinado a aplicações em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

▶ §§ 3º-B e 3º-C acrescidos pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 4º Os projetos de saneamento básico e infraestrutura urbana financiados com recursos do FGTS serão, preferencialmente, complementares aos programas habitacionais.

▶ § 4º com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

§ 12. Nas operações de crédito destinadas à aplicação de recursos em microcrédito, a taxa de juros efetiva não será superior àquela cobrada para o financiamento habitacional na área da habitação popular.

§ 13. Para garantir o risco em operações de microcrédito e em operações de crédito de habitação popular para famílias com renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos, o FGTS poderá destinar, na forma estabelecida por seu Conselho Curador, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 5º desta Lei, parte dos recursos de que trata o § 7º deste artigo para a aquisição de cotas de fundos garantidores que observem o seguinte:

I – tenham natureza privada e patrimônio segregado do patrimônio dos cotistas e da própria administradora do fundo garantidor e estejam sujeitos a direitos e obrigações próprios;

II – respondam por suas obrigações até o limite dos bens e direitos que integram o seu patrimônio, vedado qualquer tipo de garantia ou aval por parte do FGTS; e

III – não paguem rendimentos a seus cotistas, assegurado o direito de resgate total ou parcial das cotas com base na situação patrimonial dos fundos em valor não superior ao montante de recursos financeiros ainda não vinculados às garantias contratadas.

§ 14. Aos recursos do FGTS destinados à aquisição de cota de fundos garantidores de que trata o § 13 deste artigo não se aplicam os requisitos de correção monetária, taxa de juros mínima e prazo máximo previstos nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo e de rentabilidade prevista no § 1º deste artigo.

§ 15. Fica autorizada a destinação do montante de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) do patrimônio líquido do FGTS para aquisição de cotas em fundo garantidor de microfinanças, para mitigar os riscos das operações de microcrédito concedidas a pessoas naturais e a microempreendedores individuais, na forma prevista no § 14 deste artigo, permitida a ampliação posterior desse montante por meio de ato do Conselho Curador.

§ 16. Na hipótese prevista no § 15 deste artigo, o aporte será destinado ao Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores (SIM Digital), na forma da legislação própria, e a representação do FGTS na assembleia de cotistas ocorrerá por indicação do Presidente do Conselho Curador.

§ 17. Os contratos ativos formalizados sob a vigência do prazo máximo de amortização fixado em 30 (trinta) anos que forem objeto de renegociação pelas instituições financeiras poderão ser beneficiados com o prazo máximo de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo.

► §§ 12 a 17 acrescidos pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

Art. 11. Os recolhimentos efetuados na rede arrecadadora relativos ao FGTS serão transferidos à Caixa Econômica Federal até o primeiro dia útil subsequente à data do recolhimento, observada a regra do meio de pagamento utilizado, data em que os respectivos valores serão incorporados ao FGTS.

► Artigo com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

Art. 12. ...

...

§ 5º *Revogado.* Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

Art. 13. ...

§ 1º A atualização monetária e a capitalização de juros nas contas vinculadas correrão à conta do FGTS, e a Caixa Econômica Federal efetuará o crédito respectivo no vigésimo primeiro dia de cada mês, com base no saldo existente no vigésimo primeiro dia do mês anterior, deduzidos os débitos ocorridos no período.

► § 1º com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 1º-A. Para fins do disposto no § 1º deste artigo, o depósito realizado no prazo legal será contabilizado no saldo da conta vinculada no vigésimo primeiro dia do mês de sua ocorrência.

§ 1º-B. Na hipótese de depósito realizado intempestivamente, a atualização monetária e a parcela de juros devida ao empregado comporão o saldo-base no vigésimo primeiro dia do mês imediatamente anterior, ou comporão o saldo no vigésimo primeiro dia do mês do depósito, se o depósito ocorrer nesta data.

► §§ 1º-A e 1º-B acrescidos pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 2º No primeiro mês em que for exigível o recolhimento do FGTS no vigésimo dia, na forma prevista no art. 15 desta Lei, a atualização monetária e os juros correspondentes da conta vinculada serão realizados:

► *Caput* do § 2º com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

I – no décimo dia, com base no saldo existente no décimo dia do mês anterior, deduzidos os débitos ocorridos no período; e

II – no vigésimo primeiro dia, com base no saldo existente no décimo dia do mesmo mês, atualizado na forma prevista no inciso I deste parágrafo, deduzidos os débitos ocorridos no período, com a atualização monetária pro rata die e os juros correspondentes.

► Incisos I e II acrescidos pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 3º ...

...

Art. 15. Para os fins previstos nesta Lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o vigésimo dia de cada mês, em conta vinculada, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Gratificação de Natal de que trata a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

► *Caput* com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

Art. 17-A. O empregador ou o responsável fica obrigado a elaborar folha de pagamento e a declarar os dados relacionados aos valores do FGTS e outras informações de interesse do poder público por meio de sistema de escrituração digital, na forma, no prazo e nas condições estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência.

► *Caput* do art. 17-A com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

Art. 20. ...

...

§ 26. ...

► ...

§ 27. A critério do titular da conta vinculada do FGTS, em ato formalizado no momento da contratação do financiamento habitacional, os direitos aos saques de que trata o *caput* deste artigo poderão ser objeto de alienação ou cessão fiduciária para pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do SFH, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, mediante caucionamento dos depósitos a serem realizados na conta vinculada do trabalhador, exceto o previsto no art. 18 desta Lei.

► § 27 acrescido pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

Art. 20-D. ...

...

§ 3º ...

► ...

§ 3º-A. A critério do titular da conta vinculada do FGTS, os direitos aos saques anuais de que trata o *caput* deste artigo poderão ser objeto de caução para operações de microcrédito, nos termos da legislação do SIM Digital, em favor de qualquer instituição financeira do Sistema Financeiro Nacional.

► § 3º-A acrescido pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos nos termos dos arts. 15 e 18 desta Lei responderá pela incidência da Taxa Referencial (TR) sobre a importância correspondente.

► *Caput* com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

► ...

...

Art. 23. Compete ao Ministério do Trabalho e Previdência a verificação do cumprimento do disposto nesta Lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, que serão notificados para efetuar e comprovar os depósitos correspondentes e cumprir as demais determinações legais.

► *Caput* com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 1º ...

...

II e III – *Revogados*. Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

V – deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais do FGTS constituído em notificação de débito, no prazo concedido pelo ato de notificação da decisão definitiva exarada no processo administrativo;

VI – deixar de apresentar, ou apresentar com erros ou omissões, as informações de que trata o art. 17-A desta Lei e as demais informações legalmente exigíveis; e

▶ Incisos V e VI com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

VII – deixar de apresentar ou de promover a retificação das informações de que trata o art. 17-A desta Lei no prazo concedido na notificação da decisão definitiva exarada no processo administrativo que reconheceu a procedência da notificação de débito decorrente de omissão, de erro, de fraude ou de sonegação constatados.

▶ Inciso VII acrescido pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 1º-A. A formalização de parcelamento da integralidade do débito suspende a ação punitiva da infração prevista:

I – no inciso I do § 1º deste artigo, quando realizada anteriormente ao início de qualquer processo administrativo ou medida de fiscalização; e

II – no inciso V do § 1º deste artigo, quando realizada no prazo nele referido.

§ 1º-B. A suspensão da ação punitiva prevista no § 1º-A deste artigo será mantida durante a vigência do parcelamento, e a quitação integral dos valores parcelados extinguirá a infração.

▶ §§ 1º-A e 1º-B acrescidos pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 2º Pela infração ao disposto no § 1º deste artigo, o infrator estará sujeito às seguintes multas:

▶ *Caput* do § 2º com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

a) *Revogada*. Lei nº 14.438, de 24-8-2022;

b) 30% (trinta por cento) sobre o débito atualizado apurado pela inspeção do trabalho, confessado pelo empregador ou lançado de ofício, nas hipóteses previstas nos incisos I, IV e V do § 1º deste artigo; e

c) de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais) por trabalhador prejudicado, nas hipóteses previstas nos incisos VI e VII do § 1º deste artigo.

▶ Alíneas b e c com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

§ 3º-A. Estabelecidas a multa-base e a majoração na forma prevista nos §§ 2º e 3º deste artigo, o valor final será reduzido pela metade quando o infrator for empregador doméstico, microempresa ou empresa de pequeno porte.

▶ § 3º-A acrescido pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Lei nº 8.112/1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais)	Alterar redação	

Art. 45. ...

§§ 1º e 2º *Revogados*. MP nº 1.132, de 3-8-2022, que até o encerramento desta edição não havia sido convertida em lei.

Art. 46. ...

...

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Lei nº 8.212/1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social).	Alterar redação	MP 1.110 – vigência encerrada – ato publicado no DOU de 19- 8-2022. Voltar a redação anterior / excluir todas as notas para MP 1.110 Lei nº 14.438/2022 – conversão da MP 1.107

Art. 30. ...

...

V – o empregador doméstico fica obrigado a arrecadar e a recolher a contribuição do segurado empregado a seu serviço e a parcela a seu cargo, até o vigésimo dia do mês seguinte ao da competência;

▶ Inciso V com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

...

Art. 32-C. ...

▶ *Caput* acrescido pela Lei nº 12.873, de 24-10-2013 (*DOU* de 25-10-2013), em vigor a partir do 1º (primeiro) dia do sétimo mês subsequente à data de sua publicação.

...

§ 2º ...

▶ §§ 1º e 2º acrescidos pela Lei nº 12.873, de 24-10-2013 (*DOU* de 25-10-2013), em vigor a partir do 1º (primeiro) dia do sétimo mês subsequente à data de sua publicação.

§ 3º O segurado especial de que trata o *caput* deste artigo fica obrigado a arrecadar, até o vigésimo dia do mês seguinte ao da competência:

▶ *Caput* do § 3º com a redação dada pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

I – as contribuições previstas nos incisos X, XII e XIII do *caput* do art. 30 desta Lei;

II – os valores referentes ao FGTS; e

III – os encargos trabalhistas sob a sua responsabilidade.

▶ Incisos I a III acrescidos pela Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

§ 4º ...

...

§ 14. ...

► §§ 4º a 14 acrescidos pela Lei nº 12.873, de 24-10-2013 (*DOU* de 25-10-2013), em vigor a partir do 1º (primeiro) dia do sétimo mês subsequente à data de sua publicação.

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Lei nº 8.213/1991 (Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social)	Alterar redação	Lei 14.431 – Conversão MP 1.106 – MP não trazia esta alteração Lei 14.438 - Conversão da MP 1.107/2022 – MP não trazia esta alteração

Art. 115. ...

...

VI – pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, ou por entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor do benefício, sendo 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício.

► *Caput* com a redação dada pela Lei nº 14.431, de 3-8-2022.

a e b) Revogadas. Lei nº 14.431, de 3-8-2022.

§ 1º ...

...

§ 6º *Revogado*. Lei nº 14.438, de 24-8-2022.

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos).	Inserir notas	

Art. 3º ...

...

§ 3º ...

► O STF, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ADIN nº 6.230, para declarar a inconstitucionalidade deste parágrafo (DOU de 15-8-2022).

§ 4º ...

► ...

...

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Súmulas do STF	Inserir nota	

521. Superada. Art. 70, § 4º, do CPP.

...

605. Superada. Art. 71, parágrafo único, do CP.

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Súmulas do STJ	Alterar/inserir redação	

244. Superada. Art. 70, § 4º, do CPP.

...

654. A tabela de preços máximos ao consumidor (PMC) publicada pela ABCFarma, adotada pelo FISCO para a fixação da base de cálculo do ICMS na sistemática da substituição tributária, não se aplica aos medicamentos destinados exclusivamente para uso de hospitais e clínicas.

OBRAS	LOCALIZAÇÃO	INST.	OBS.
VMU	Súmulas do TST	Inserir nota	

450. ...

► O STF, por maioria dos votos, julgou procedente a ADPF nº 501, para declarar a inconstitucionalidade desta Súmula, bem como, invalidar as decisões judiciais não transitadas em julgado que, amparadas no referido texto, tenham aplicado a sanção de pagamento em dobro prevista no art. 137 da CLT (DOU de 15-8-2022).